

GUERRA E PAZ NO SÉCULO XXI

WAR AND PEACE IN THE 21st CENTURY

GUERRA Y PAZ EN EL SIGLO XXI

Héctor Ricardo Leis♦

Marcial Suarez♦

Resumo:

Atualmente, predomina em Ocidente um senso comum distante da compreensão do fenômeno da guerra que se explica pelo deslizamento da perspectiva de análise do Estado para o da sociedade civil, assim como da perda sentido histórico e civilizatório da ação humana. O texto argumenta que por trás das críticas ao unilateralismo dos EUA se encontra um grave problema de percepção da realidade que dificulta o correto desenvolvimento do debate na área das relações internacionais. Conclui-se o texto conjecturando que a atual ordem internacional está em transição, tendo sido detonada pela emergência do terrorismo global, que acabou levando aos EUA e outros países a assumir um decisionismo bélico contra qualquer tipo de ameaça à segurança global.

Palavras-chave: Guerra; terrorismo; Política Internacional; modernidade

Abstract:

Nowadays, an unrealistic common sense on the understanding of the phenomenon of the war prevails in the Occident. That may be explained by the transformation of the analytical perspective of the State into one of the civil society, as well as of the historical loss of the meaning of human action. The text argues that the criticism to the unilateralism of the USA hides serious problems of reality perception that hinders the development of the debate in the area of the international relations. The conclusion is that the current international order is in transition, having been brokered by the emergency of the global terrorism, that ended up leading the USA to take over a strong warlike decisionism against any kind of threat to the global safety.

Keywords: War; terrorism; International Politics; modernity.

Resumen:

Actualmente, predomina en Occidente un sentido común distante de la comprensión del fenómeno de la guerra, que puede ser explicado por el deslizamiento de la perspectiva de análisis del Estado para el de la sociedad civil, así como la pérdida de sentido histórico de la acción humana. El texto argumenta que por detrás de las críticas al unilateralismo de

♦ Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

♦ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutorando em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

los EUA se encuentra un grave problema de percepción de la realidad, el cual que dificulta el correcto desarrollo del debate em el área de las relaciones internacionales. El texto concluye conjeturando que la actual orden internacional está en transición, habiendo sido detonada por la irrupción del terrorismo global, que a su vez llevó a los EUA a asumir un fuerte decisionismo bélico contra cualquier amenaza a la seguridad americana y global.

Palabras-claves: Guerra; terrorismo; Política Internacional; modernidad

“A identificação de sonho e realidade como uma questão de princípio produz efeitos práticos que podem parecer estranhos, mas nunca surpreendentes. Proíbe-se a exploração crítica da relação de causa e efeito na história; conseqüentemente, torna-se impossível a coordenação racional dos meios e fins na política. As sociedades gnósticas e seus líderes reconhecem os perigos a sua existência quando eles surgem, mas tais perigos não são enfrentados por meio das ações apropriadas no mundo da realidade. São, isto sim, enfrentados mediante operações mágicas no mundo da fantasia, tais como desaprovação, condenação moral, declarações de intenção, apelos à opinião da humanidade, caracterização dos inimigos como agressores, abolição da guerra, propaganda em favor da paz mundial e do governo mundial, etc. A corrupção moral e intelectual que se expressa no somatório dessas operações mágicas pode impregnar uma sociedade da atmosfera estranha e fantasmagórica de um manicômio (...).”

Eric Voegelin (1982: 123-124)

“A guerra não é uma patologia que, com a devida higiene e tratamento, pode ser plenamente prevenida. A guerra é uma condição natural do Estado, que se estruturou de modo a constituir um instrumento eficaz de violência em nome da sociedade. É como a morte - embora possa ser adiada, virá quando tiver de vir e não pode ser evitada indefinidamente.”

Philip Bobbitt (2003: 785)

I. Sempre houve guerras

Sempre houve guerras. Elas são um fenômeno tão antigo quanto o das sociedades humanas. Resulta uma surpresa, então, que atualmente no Ocidente tenha se construído um senso comum tão distante da compreensão deste fenômeno. O cidadão médio que habita as sociedades ocidentais modernas, neste início de século XXI, tende a identificar a guerra com a barbárie, assim como a imaginar que a política é exatamente o oposto da guerra. Para o observador cuidadoso da história mundial, pelo contrário, é evidente que ambas as considerações não são corretas. A historia registra numerosos exemplos onde a guerra se apresenta como um elemento civilizador fundamental. Imagine apenas o

leitor, como seria o mundo se Atenas, o berço esplêndido da democracia ocidental, não tivesse enfrentando heroicamente aos exércitos do despótico Império Persa ou se os Estados Unidos tivessem evitado a Segunda Guerra Mundial e aceitado o *status quo* do continente europeu ocupado pelos exércitos de Hitler - guerra, alias, na qual os EUA deveriam ter entrado muito antes, como registrou oportunamente Raymond Aron (2002).

Seguindo o pensamento do Abbé de Saint Pierre e outros humanistas de sua época, Kant anunciou, num difundido opúsculo, que a “paz perpetua” era possível (Kant, 1943). Desde a *Ilíada* (primeiro registro detalhado de uma guerra em Ocidente) até os humanistas da modernidade nunca se concebeu a condição humana sem guerra. Durante todo esse período a guerra podia ser terrível, mas, ao mesmo tempo, também era percebida como necessária para que os seres humanos pudessem evoluir. Como acontece freqüentemente, após algum tempo, o senso comum adotou essa idéia humanista esquecendo sua genealogia filosófica, científica e histórica. “Pacifismo” é o nome mais vulgarizado no século XX dessa adoção. Para um pacifista a questão da guerra e da paz se coloca de forma singela: se a paz é algo desejável para a humanidade, então a guerra deve ser evitada a qualquer custo. Aquilo que séculos atrás era pensado numa perspectiva histórica de longo prazo se transforma agora em algo imediato e sem qualquer mediação.

Curiosamente, os pacifistas não se cansam de citar o nome de Kant para justificar melhor suas demandas. Mas para o filosofo alemão a paz era um resultado histórico de complexas mediações, cuja condição necessária era a “globalização” da forma republicana de governo (hoje melhor conhecida como democracia). Resultado histórico que - para surpresa dos pacifistas - era impulsionado mais pela guerra que pela própria paz.¹ Em palavras de Kant:

“Todas as guerras são, assim, tentativas (...) de estabelecer novas relações entre os Estados e, por meio da destruição ou ao menos pelo desmembramento dos velhos, formar novos corpos que porém, novamente, ou em si mesmos ou na relação com os outros, não podem manter-se, e por isso precisam enfrentar novas revoluções semelhantes; até que finalmente, em parte por meio da melhor ordenação possível da constituição civil, internamente, em parte por meio de um acordo de uma legislação

¹ Para um melhor desenvolvimento da posição kantiana, ver: Leis, 2002.

comuns, exteriormente, seja alcançado um estado que, semelhante a uma república civil, possa manter-se a si mesmo como um autômato” (Kant, 1986: 17).

Não queremos negar aqui a existência de guerras mais associadas à barbárie do que à civilização.² Mas o que os pacifistas contemporâneos não entendem é que guerra e paz são (ao menos por enquanto) processos inseparáveis. A guerra, como a paz, dependendo das circunstâncias, pode ser considerada fator de civilização ou de barbárie. Em outras palavras, como aprendemos de Clausewitz (1996), a política e a guerra não são antagônicas, mas estabelecem um contínuo. Não apenas a política, mas também o direito, sempre esteve muito próximo da guerra. Michel Serres (1991) sugere que talvez o primeiro contrato social nascesse com a guerra. Neste sentido, a guerra está associada ao direito, tanto quanto à política. Serres lembra oportunamente que aqueles grupos humanos, que se deixaram levar por uma violência sem limites, foram sempre apagados da superfície do planeta. Contrariando o famoso lema de Hobbes, Serres argumenta que não existe a “guerra de todos contra todos”, entendida como um estágio pré-político, pois a guerra sempre supõe algum tipo de regras estabelecidas consensualmente entre as partes.

Acompanhando a reflexão de John Keegan (1996), acreditamos que o fenômeno da guerra envolve muito mais que a política e o direito, a guerra é também uma expressão da cultura em sentido amplo. A guerra é tanto um determinante como um resultado dos meios culturais e técnicos. Em outras palavras, a guerra é um fenômeno altamente complexo que, como o guerreiro de muitas campanhas, prefere morrer antes que ser capturado. Possuídos pelo excesso normativo, os pacifistas não podem evitar a cosificação da guerra. Não percebem assim que a guerra muda com os tempos, não apenas em suas formas, mas também em seus sentidos. Um exemplo das dificuldades para perceber essas mudanças de sentido foi oferecido por Donald Rumsfeld, no dia da entrada em Bagdá das forças de coalizão anglo-americana e da conseqüente derrubada do regime de Saddam Hussein. Ao reclamar da mídia porque não havia manchetes que fizessem referência à libertação do povo iraquiano de uma longa e sangrenta ditadura,

² Os conceitos de civilização e barbárie são tomados em relação à maior presença ou ausência, respectivamente, de comportamentos associados a culturas universalistas (portanto, não excludentes), em

Rumsfeld estava registrando algo mais que uma queixa.³ Chamando a atenção para o fato que os jornais nesse dia concentraram sua atenção no sofrimento dos habitantes de Bagdá, submetidos ao caos resultante de um grande número de saqueios e roubos, o Secretario de Defesa dos EUA estava constatando um fato que ultrapassava em muito as notícias do dia. Ciente ou não das implicações de sua declaração, ele estava registrando algo que continua a passar despercebido apesar de sua enorme relevância: a perda de sentido da guerra para a mentalidade dominante nos países ocidentais.

Independentemente de suas ideologias e motivações, o cidadão padrão de qualquer grande cidade européia, nos séculos XVIII e XIX, hipoteticamente perguntado sobre um fato equivalente de sua época, responderia concordando com Rumsfeld, no sentido de que se deve dar prioridade ao fato político e social libertador, em relação ao atraso e o despotismo. Tanto Kant, quanto Marx (tomados aqui como exemplos paradigmáticos dos extremos do espectro civilizatório da primeira modernidade), em seu momento, não vacilaram em apoiar decididamente acontecimentos políticos que possuíam um conteúdo marcadamente progressivo em relação ao futuro, ainda quando eles mesmos não concordassem em absoluto com as intenções postas em prática pelos seus protagonistas. Apesar de estar perfeitamente ciente do terror produzido pela Revolução Francesa, em “O Conflito das Faculdades” (publicado em 1798), Kant afirma:

“(...) esta Revolução, digo, encontra no espírito de todos os espectadores (que não estão eles mesmos enredados neste jogo) uma simpatia de aspirações que beira o entusiasmo cuja manifestação mesma seria perigosa que não poderia ter outra causa senão uma disposição moral no gênero humano.” (Kant, 1963: 109).

Do mesmo modo, em defesa insuspeita do intervencionismo do imperialismo inglês, Marx conclui seu texto “A Dominação Britânica na Índia” (publicado em 1853) com as seguintes palavras:

“É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hindustão, era guiada pelos interesses mais abjetos e agia de uma maneira estúpida para atingir seus objetivos. Mas a questão não é essa. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão,

geral, e ao estado de direito, em particular. Para uma discussão mais aprofundada desses conceitos, ver: Viola & Leis, 2002.

³ A seguir se desenvolvem algumas das idéias apresentadas em: Viola & Leis, 2003.

quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução. Nesse caso, diante de qualquer tristeza que possamos sentir diante do espetáculo do colapso de um mundo antigo, temos o direito de exclamar como Goethe: 'Deve esta dor nos atormentar / já que ela nosso proveito aumenta, / O jugo de Timur não consumiu miríades de vidas humanas?'" (Marx, 1977 (vol. 1): 359).

Maquiavel (1999 e 2002) lutou bravamente pelo realismo, por entender a política e a história a partir dos fatos e não, como a mentalidade dominante de sua época pretendia, a partir da retórica. Mas infelizmente, os doutrinarios que Maquiavel combateu séculos atrás estão se revigorando como Dráculas da noite pós-moderna. Este ressurgimento de antigos fantasmas deve ser cuidadosamente analisado, já que a distorção na percepção dos fatos históricos é em si mesmo um fato de primeira magnitude, tão inesperado quanto poderoso.

II. A colonização intelectual do iluminismo e das ciências sociais

Além das escolas militares, a guerra foi tradicionalmente estudada nos cursos de relações internacionais. Mas, no século XX, com a relativa exceção dos países anglo-saxões, nos restantes países ocidentais os estudos das relações internacionais atraíram escassa atenção. A problemática acerca das questões mundiais convocava apenas a um pequeno grupo de especialistas, dos quais a maioria não queria fazer ciência senão diplomacia. Talvez por isso, quando o fenômeno da globalização começou a ser percebido, nos países periféricos não faltaram analistas que entenderam que se tratava de uma ideologia pretensamente neocolonialista, mas não de um fato. É bom lembrar esta barbárie conceitual porque, embora esteja atualmente superada, ela é demonstrativa dos problemas que normalmente se encontram nesta área. Hoje não resta dúvida da importância dos fenômenos da globalização, a qual pode ser facilmente constatada no campo das ciências sociais observando a crescente atenção que os problemas globais (políticos, sociais, ambientais, etc.) vêm recebendo na última década por parte desses cientistas. Assim, com pouco ou nenhum background especializado na área de relações internacionais, é freqüente agora encontrar autores provenientes das ciências sociais pesquisando e escrevendo sobre temas globais ou internacionais. Isto poderia ser motivo de alegria epistemológica se realmente se estivesse frente a um esforço assumido interdisciplinarmente. Porém, infelizmente é o contrário. O bom observador pode

comprovar hoje com certo espanto que as correntes e preocupações teóricas que dominam as ciências sociais são praticamente trasladadas ao campo de estudos das relações internacionais sem qualquer revisão crítica.⁴ Com a mesma “leveza” que antes se negava a existência da globalização e outros fenômenos conexos, agora se estudam os problemas desta área com uma ótica semelhante à que se estuda um movimento social ou os problemas do *self* contemporâneo. A revisão crítica mencionada deveria ser obrigatória, até porque o campo teórico das ciências sociais se constituiu nas suas origens através de diversos reducionismos que operaram uma descaracterização e uma redução da esfera da ação dos Estados como protagonistas da vida social, em geral, e das relações internacionais, em particular. Assim, o que temos hoje não é tanto um enriquecimento da pesquisa e debate neste campo, mas o contrário, na medida em que as perspectivas tradicionalmente normativas e militantes que predominam nas ciências sociais contemporâneas estão colonizando perigosamente os estudos das relações internacionais. As considerações teóricas realizadas no campo sociológico tendem a reduzir os elementos intrínsecos da sociedade internacional para aqueles próprios da sociedade de indivíduos, esquecendo (às vezes grosseiramente) assimetrias básicas existentes entre ambas as sociedades. A sociedade internacional é composta por Estados, os quais existem em número bastante reduzido e que, em contraste com a sociedade de indivíduos, registram uma heterogeneidade acentuada e são percebidos como seres imortais (ou de uma longevidade absolutamente maior da que o dos seres humanos) (Wight, 2002).

Existem boas razões para acreditar que uma parte importante dos problemas de nossa época tem suas raízes em algumas das idéias políticas moderna. Independentemente dos méritos epistemológicos da ciência da modernidade em relação à da pré-modernidade, no seio da civilização ocidental foram introduzidas premissas que distorcem fortemente a

⁴ Do ponto de vista epistemológico, esses “passeios” dos cientistas sociais pelos vastos campos das ciências humanas podem ser explicados pela influencia crescente da abordagem socioconstrutivista. Esta visão ingênua do trabalho científico (chamada criteriosamente de “visão paroquial do conhecimento” por Springer de Freitas, 2003), leva aos cientistas sociais a supor que o conhecimento deriva das crenças dominantes em cada época. A radicalização em curso da abordagem socioconstrutivista está certamente associada à opção militante de seus quadros. O qual pode ser verificado na dificuldade da maioria dos cientistas sociais em aceitar a realidade tal como ela é, confiando que, mais cedo ou mais tarde, a própria realidade mudará de rumo na direção de suas crenças (com o qual se fecha o círculo da mágica do socioconstruivismo). Para uma análise das conseqüências da transformação militante das ciências sociais,

realidade. Premissas que levam a imaginar possível a existência de um mundo de indivíduos iguais e felizes, assim como uma comunidade internacional integrada por Estados pacíficos e soberanos.⁵ Assumindo como um problema o otimismo exagerado desse projeto, parece oportuno revisar os supostos iluministas que dificultam especialmente a compreensão da política mundial. Além da visível (e incrível) resistência ideológica do princípio de soberania nacional, existem outras duas questões, não menos fundamentais, que não aparecem suficientemente explicitadas no cenário teórico da área. A primeira é a presença clara de um forte iluminismo por trás das maiorias das análises contemporâneas. Observe-se, por enquanto, que embora a visão iluminista da sociedade e da política seja antiga, ela cobrou um grande ímpeto às sombras do fim da Guerra Fria.⁶ Mas existe uma outra questão, relativamente associada à anterior, que também passou despercebida e cujo peso não é menos importante na hora de analisar a política mundial. Trata-se da extrapolação do vínculo existente entre ética e política, especificamente na esfera do regime democrático, para o campo das relações internacionais em geral.⁷ Aplicados às relações internacionais, tanto a visão do iluminismo social, como a da ética baseada nos direitos dos indivíduos, contribuíram ambas de forma decisiva para obscurecer o sentido histórico da guerra, na medida em que estão sujeitas a uma racionalidade focalizada mais na lógica do comportamento da sociedade civil do que dos Estados. As conseqüências para o campo de estudo das guerras no mundo contemporâneo não poderiam ser maiores. Isto supõe, como já foi dito, uma colonização da área de conhecimento específica das relações internacionais pelas problemáticas das ciências sociais, em particular da sociologia. A propósito do tema da guerra esta colonização se torna evidente, especialmente nos países que se situam fora da tradição anglo-saxão. Na França, por exemplo, apesar de contar com a gloriosa tradição militar de um Napoleão Bonaparte, se excetuamos a obra de Raymond Aron (2002) quase não se encontram obras importantes que considerem à guerra um objeto de estudo (Ruano-Borbalan, 2003).

ver: Leis, 2000; para uma crítica epistemológica aprofundada do socioconstruismo, ver: Springer de Freitas, 2003.

⁵ Para uma crítica da modernidade assim pensada, entre outros, ver: Strauss, 1953 e Voegelin, 1978.

⁶ Curiosamente, apesar de que a filosofia iluminista e o princípio da soberania nacional pertencem basicamente a paradigmas opostos (idealismo, por um lado, e realismo, por outro), após a Guerra Fria, na cabeça de muitos analistas contemporâneos ambos elementos foram acomodados lado a lado sem problemas.

Para a visão dominante das ciências sociais contemporâneas, a guerra parece não apenas algo pouco relevante, mas um tema incompreensível. Embora eventualmente se possam compreender as causas que conduzem às guerras, estas não se apresentam para as ciências sociais como um fenômeno unitário surgido de necessidades históricas e/ou de possibilidades de ação racional por parte dos Estados. Se o Estado não é entendido como um ator político central do desenvolvimento histórico, senão ao contrário, como um epifenômeno do social, não pode estranhar a ausência do tema da guerra nas principais vertentes das ciências sociais. Igual que para o senso comum atual, ante os olhos dos cientistas sociais, as guerras são uma prova da perversão do sistema social antes do que qualquer outra coisa.⁸ Seja como um resultado da “irracionalidade” humana ou social, a guerra se apresenta para as principais vertentes do pensamento ocidental contemporâneo como algo que, independentemente de sua origem, produz conseqüências anti-civilizatórias. Assim, os cidadãos ocidentais do século XXI se confrontam hoje com o paradoxo de que a guerra se lhes apresenta como um fenômeno de primeira magnitude, porém explicado por teorias e disciplinas que recomendam (normativamente) que o sistema político internacional deve procurar a paz e evitar a guerra a qualquer custo. Embora não deva ser atribuído ao realismo o contrário (isto é, uma propensão a justificar a guerra), certamente parece razoável propiciar uma análise da guerra com menos preconceitos filosóficos ou religiosos. O realismo permite entender a guerra como um ato pautado nas relações entre Estados num contexto onde estão presentes diferentes perspectivas histórico-civilizatórias (o qual inclui tanto uma diferença de interesses conjunturais, como de desenvolvimento militar, econômico, cultural e técnico), evitando assim o recurso à irracionalidade para explicar o fenômeno. Uma vantagem forte do realismo em relação ao idealismo, em relação a sua capacidade de análise da política internacional, reside precisamente em prestar atenção a uma grande

⁷ A obra de Michael Walzer (2001) sobre a guerra pode ser considerada um bom exemplo desta extrapolação.

⁸ Ainda existem pessoas como Ramonet (2003), que após os atentados do 11 de setembro de 2001 insistem no absurdo de querer transformar o custo das bombas em pães que deveriam ser repartidos entre os pobres.

diversidade de fatores empíricos situados em diferentes dimensões, não privilegiando excessivamente nenhum deles em função de percepções normativas da realidade.⁹

III. As vantagens teóricas de um hegelianismo sem “fim da história”

Quando emergem fatores civilizatórios no cenário internacional, as idiosincrasias e culturas políticas dos diversos países se tornam essenciais para que seus cidadãos possam entender ou não os acontecimentos. Se os atentados de 11 de setembro nos EUA não foram ainda suficientes para que a maioria da população dos países ocidentais (para não falar da população dos países não ocidentais) acordasse do doce sono de uma política pensada a partir das “boas intenções”, isto é já em si mesmo um fato importante a ser levado em conta. Embora, em seu momento, foram muitas as críticas à hipótese do “fim da história” enunciada por Fukuyama (1992), a mesma tinha sabido captar o espírito de época, vivido no fim do século XX nas sociedades ocidentais (especialmente nas mias avançadas). Os suportes da hipótese eram fracos (basicamente, ela se justificava na queda do comunismo soviético e no crescimento global do capitalismo). Mas ela estava ancorada fortemente no imaginário iluminista ocidental, o qual fez que até os inconformados com o pró-capitalismo do suposto modelo de “fim da história”, acabaram acomodando seus corpos e almas a essa imagem fetichista, na qual a paz e o progresso material apareciam garantidos num futuro sem sofrimentos nem surpresas. Uma consequência dessa miragem do “fim da história” é que ela tende a anular o papel protagonista dos Estados, substituindo-os pelos previsíveis desempenhos dos atores da sociedade civil e da economia. Esta “privatização” da política implica a supressão da guerra, fazendo que a política perca densidade ontológica e sua tradicional perspectiva histórica. Em efeito, o espectro de teorias que “universalizam” às diversas manifestações da sociedade civil (teorias que privilegiam sobretudo ao cosmopolitismo e também ao multiculturalismo)¹⁰, não apenas fazem que a política perca importância frente a outras

⁹ De fato, o realismo rejeita tanto a norma abstrata quanto o desejo concreto da massa. O realismo não supõe identificar os desejos da massa com a realidade, mas tudo o contrário. As guerras não podem se decididas através de pesquisas de opinião (Peters, 2002).

¹⁰ A modo de exemplo sobre os despropósitos da aplicação das teorias do cosmopolitismo e do multiculturalismo às relações internacionais, ver os textos de: Habermas, 1999; Beck, 2002; e Held, 2002. O texto de Costa (2003) oferece um bom exemplo da militância “niveladora” que domina algumas das incursões da teoria social nesta área, já que ele denuncia até o cosmopolitismo de um Habermas como “pró-ocidental”.

atividades humanas, mas também nos levam a esquecer o caráter eminentemente transformador da história desta atividade. Assim, a política perde tanto sua visibilidade no presente como em relação ao futuro.¹¹

Resumindo, em seu sentido mais elevado, a ação humana não é tanto o que os indivíduos fazem na dimensão atemporal da sociedade civil, mas o que os Estados fazem numa perspectiva histórico-civilizatória.¹² Portanto, com as novas guerras do século XXI (Afeganistão e Iraque) não está apenas em questão a interpretação desses fatos pontuais, mas também as condições para pensar a história humana. Retomando uma antiga metáfora de Marx, que reivindicou a inversão do pensamento hegeliano, trata-se hoje de colocar novamente a Hegel (e outros heróis do pensamento, igualmente deturpados pelo iluminismo) sobre seus pés. Isto é, se trata de abandonar a especulação metafísica da política que deriva o mundo das visões dos indivíduos, para retomar a análise empírica de um mundo apoiado nas ações dos Estados, as quais não necessariamente são transparentes para a compreensão dos indivíduos. Ou melhor, as guerras de Afeganistão e Iraque demandam um esforço conceitual para sua compreensão, precisamente porque elas estão fora do alcance e da compreensão da ampla maioria dos indivíduos, na medida em que estes “privatizaram” sua concepção da política e não conseguem se situar fora do restrito universo da sociedade civil. Que a história do mundo demande um esforço conceitual para ser interpretada não implica, obviamente, que não seja feita pelos seres humanos, senão que estes realizam mais ou menos o que pretendem, assim como também um excedente do qual não tem consciência, nem se propunham realizar (D’Hondt, 1971). Esse excedente é inevitável porque a política (entendida aqui, na sua máxima expressão, como ação histórica) é feita a escala individual e supra-individual, simultaneamente. De acordo com Hegel, esse excedente define a chamada “astúcia da razão”. Em outras palavras, o lado proposital da ação humana aponta ao interesse particular e/ou imediato, enquanto o “imprevisível” excedente a uma construção de longo prazo.

¹¹ Talvez por isso sejam os neoconservadores, com seu forte senso da história (seja aristotélico, hegeliano ou schmittiano), aqueles que melhor reagem frente a este “apequenamento” da política.

¹² Continuamos aqui ampliando algumas das idéias apresentadas em: Viola & Leis, 2003.

Na *Filosofia do Direito*, Hegel (1975) estabeleceu uma oposição fundamental que ajuda a despejar muitas das confusões modernas introduzidas pelo iluminismo (e seu corolário pacifista). Hegel distingue a moralidade subjetiva (*Moralität*) de moralidade objetiva (*Sittlichkeit*). A primeira é uma referência direta à concepção kantiana da moral, onde a ação moral se define por um critério formal e abstrato (a validade universal da intenção que orienta a ação). A moralidade objetiva, pelo contrário, não se estabelece em relação a uma norma abstrata, mas na integração consciente do homem à família, a sociedade civil e, sobretudo, ao Estado. O critério de universalidade deixa assim de ser abstrato, como em Kant, para ser concreto. Portanto, não é a carga utópica ou ética das ações, independentemente das instituições existentes, o que define o caráter positivo ou negativo das mesmas. Sem um Estado bom é impossível praticar boas ações no plano da política.

O realismo da argumentação hegeliana ajuda a compreender porque a moral se dissolve na dimensão das relações internacionais, dada a falta de institucionalidade desta instância. O juízo moral não se aplica à política internacional porque todos os Estados, independentemente do seu poder, população e território, pretendem ser iguais em direito e não aceitam a existência de qualquer poder ou Estado supranacional que possa impor-lhes regras e sanções. Do ponto de vista hegeliano não pode haver qualquer dúvida de que os progressos da humanidade se realizam através de guerras e revoluções. Na *Introdução da Filosofia da História*, Hegel deixa perfeitamente claro que os períodos pacíficos não são períodos históricos propriamente ditos (Hegel, 1955). Para ele, a história universal (ou mundial) é um processo que vai do despotismo oriental até o Estado moderno, no qual se produzem progressos históricos sempre que os homens avançam na consciência do valor essencial da liberdade para a vida política. Podemos ou não concordar com a centralidade dos diversos valores que estão em jogo na história mundial, mas não podemos utilizar eufemismos na hora de avaliar uma guerra entre Estados que possuem instituições que encarnam diferenças substantivas em relação à liberdade e outros valores essenciais ao Ocidente. O melhor uso de Hegel no contexto atual não seria propor que existe algum Estado capaz de realizar a síntese do universal com o particular, harmonizando indivíduos com Estados em nível mundial. Como ainda não chegou o “fim da história”, um uso apropriado de Hegel aponta para perceber nas relações entre os

Estados aquelas diferenças que não podem ser conciliadas pacificamente de um ponto de vista histórico-evolutivo.

IV. A necessidade do decisionismo para pensar a política mundial

Escrevendo num contexto vários anos anterior ao 11 de setembro de 2001, Huntington (1997) previu um futuro caracterizado pelo “choque de civilizações”. Embora as recomendações de Huntington apontassem a evitar, no possível, as circunstâncias que transformassem esse choque em guerra, seu realismo lhe permitiu prever aquilo que desde as teorias do multilateralismo ou do cosmopolitismo era impossível de antecipar. A previsão de Huntington foi possível porque detrás de sua análise não se encontra nenhuma pretensão (iluminista) de subordinar a realidade a regras de jogo definidas por um “dever ser” supostamente universal e consensual, transformando desse modo os conflitos internacionais com transfundo civilizatório em simples anomalias sociais.¹³ Embora seja utópica, a proposta kantiana de organizar a vida social e política de acordo com a moralidade subjetiva pode ser um referente relativamente válido para orientar e entender a ação humana em épocas de grande estabilidade e paz. Mas num mundo que acrescenta a sua normal complexidade e incertezas um forte choque civilizatório, como o colocado em evidencia pelos ataques do 11 de setembro de 2001, perpetrado por grupos terroristas com base no islamismo fundamentalista, a proposta kantiana se torna inviável para orientar a ação. Em situações complexas e violentas emerge rapidamente o conflito também entre as normas, sendo então os seres humanos reduzidos à impotência se insistem em orientar-se pela moralidade subjetiva. O decisionismo¹⁴ schmittiano deriva desta comprovação, precisamente, recomendando recorrer à criatividade em vez da norma, em momentos de crise.

¹³ Um exemplo sublime da incapacidade para entender esses conflitos foi dado recentemente pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade” (Nova York, 22/09/2003), onde conclui sua intervenção afirmando que o terrorismo era basicamente um “sintoma de mal-estar social”.

¹⁴ O termo **decisionismo** está sendo usado no sentido elaborado por Carl Schmitt (1985 e 1992), que reivindica para a política um caráter derivado de um mundo marcado pela exceção, o qual requer do político (estado ou governo) uma decisão que não se pode deduzir de uma norma, nem de uma ordem concreta previas.

Kant e Hegel não discordam sobre o curso da história (que ambos entendem como uma conquista crescente da liberdade), discordam em relação ao que tem prioridade nesse processo, se a moralidade subjetiva (portanto, os indivíduos) ou a moralidade objetiva (portanto, as instituições). Igualmente que as idealistas, as alternativas realistas também não são únicas. Hobbes, Hegel e Schmitt, por exemplo, propõem caminhos diferentes, mas todos eles sabem por igual que, em tempos de crises, a moralidade subjetiva responsabiliza aos indivíduos de uma forma que estes não conseguem sustentar de forma coerente e racional, nem no plano emocional, nem no cognitivo, levando-os assim, no curto prazo, à ruína e ao cinismo.¹⁵ Em outras palavras, são as boas instituições aquelas que fazem avançar a humanidade.¹⁶ Na política internacional a moralidade subjetiva se associa ao direito internacional, elevando-o por cima das necessidades históricas, quaisquer sejam estas. Em outras palavras, uma política baseada na moralidade subjetiva leva a congelar a realidade através da relativização da importância dos valores em jogo e da aceitação da ação dos Estados apenas de forma defensiva e secundária, reduzindo de um modo ou outro os problemas políticos (inclusive os conflitos internacionais) a problemas sociais.

Por trás do unilateralismo¹⁷ posto em prática pelo governo Bush¹⁸ nas intervenções em Afeganistão e Iraque não se encontram grandes teorias sociais, mas uma firme vontade decisionista. O chamado unilateralismo americano reflete a tentativa de determinados atores ocidentais (sejam de esquerda ou de direita, já que os governos Bush e Blair não possuem o mesmo background ideológico) de devolver-lhe à política sua antiga hierarquia. Pensar que a sociedade civil global e/ou a economia mundial poderiam levar os valores “corretos” para o centro do cenário é uma falsa visão da história.¹⁹ As decisões dos governos Bush e Blair de desatar tantas guerras como sejam necessárias para

¹⁵ Sobre o cinismo dos iluministas na época contemporânea, ver o trabalho de Peter Sloterdijk (1997).

¹⁶ Isto vale tanto para o desenvolvimento da política quanto da economia. Em relação à importância da qualidade das instituições para o progresso econômico, ver o trabalho de Douglas North (1981), Nobel de Economia em 1993.

¹⁷ Para uma elaboração mais aprofundada das características do unilateralismo dos EUA, ver: Viola & Leis, 2003.

¹⁸ Embora o unilateralismo de Bush seja exemplar, Kagan (2003) argumenta de forma convincente que a “Estratégia de Segurança Nacional” (apresentada por Bush em setembro de 2002), não representa apenas uma posição da direita mas do conjunto das elites americanas, que diferem em temas de política interna mas não de política externa.

¹⁹ Visão da história que se cultiva a ambos lados do espectro ideológico, mostrando mais uma vez a obsolescência das categorias de esquerda e direita para entender o mundo contemporâneo.

combater o terrorismo geram um forte excedente (no sentido hegeliano acima comentado), sobre o qual seria prematuro fazer um julgamento conclusivo. Mas o atual vazio teórico (ou melhor, de comentários positivos por parte dos teóricos de nossa época) em torno deste unilateralismo deve ser considerado como normal, na medida em que ele contradiz profundamente o senso comum de nossa época. O qual imagina um mundo sem qualquer possibilidade de guerra, ignorando - tal como lembraria Carl Schmitt - que um mundo assim seria simplesmente um mundo sem política (e, portanto, extremamente perigoso e sem sentido).²⁰

V. De como o islamismo e o cosmopolitismo se tocam nos extremos

Ao pensar sobre as respostas aos atentados de 11 de setembro de 2001 não é difícil perceber que a política externa do governo Bush toma uma linha de ação muito próxima do pensamento conservador de autores como Leo Strauss e Carl Schmitt (Turner, 2002). O senso comum tem dificuldade de perceber essas vertentes (muito especialmente a vertente decionista de Carl Schmitt), por causa do rebaixamento que o senso comum fez da hierarquia da política e de seu conseqüente nivelamento ou confusão entre as questões políticas e as econômicas e sociais. Imaginar que as motivações das ações em Iraque e Afeganistão dos EUA se devem apenas a interesses econômicos é um efeito desse senso comum, o qual impede a percepção, precisamente, da enorme dose decisionista presente na atual política externa americana. A política em Schmitt é a resultante do posicionamento e do distanciamento entre atores, o qual implica eventualmente que estes se coloquem na relação de amigo e inimigo. A política mostra sua autonomia, na medida em que se desvia de sua normalização a partir de um juízo moral, estético ou econômico. Dois pontos emergem da definição schmittiana da política: a capacidade de designar o outro como inimigo e a condição de estabelecer um conflito com ele, a fim de garantir a própria existência. Os confrontos de posições, que guardam entre si distância e a permanente possibilidade de aniquilação, são essenciais para a

²⁰ Renato Lessa (2003) lembra corretamente que, para Carl Schmitt, um mundo sem política e sem guerra não seria precisamente um mundo pacífico, já que nele operariam componentes pré-políticos, de fundo religioso, de conseqüências muito mais destrutivas. Da mesma forma, apoiando-se em Hegel, o saudoso Henrique C. de Lima Vaz, nos brinda um esclarecimento não menos sutil para entender a confusão reinante no senso comum: "Acontecimentos que seriam, segundo a percepção comum, espetacularmente 'históricos' (como por exemplo, o atentado de 11 de setembro de 2001 contra o *World Trade Center*) são rigorosamente *anti-históricos* porque não trazem em si nenhum coeficiente de racionalidade histórica" (Vaz, 2002: 305).

composição do espaço político que, portanto, se ordena através da polêmica. A luta e a guerra são fenômenos onde o político pode emergir: “Pois ao conceito de inimigo corresponde no âmbito do real a eventualidade de uma luta” (Schmitt, 1992:58). A guerra se realiza não apenas como objetivo da política, porém é um pressuposto ou possibilidade real sempre presente da ação e do pensamento especificamente político.

Após a queda da antiga União Soviética se constituiu uma forte e inesperada singularidade com a emergência de uma única superpotência, nas dimensões militar, econômica e tecnológica. Isto trouxe consigo outras questões que, em decorrência da Guerra Fria, permaneciam latentes. Imaginar que os EUA inventam e/ou aumentam a ameaça terrorista do islamismo fundamentalista (uma das suposições mais extravagantes do antiamericanismo que circula atualmente pelo mundo) significa desconsiderar a história de guerras e conflitos de todo tipo entre os países ocidentais e os islâmicos, que se arrasta desde a época das Cruzadas, passando pela invasão do Império Otomano ao território europeu, até chegar ao período colonial no século XIX e XX (no contexto da rápida decadência dos três maiores impérios islâmicos: Otomano, Safavid e Mughal) imposto pelas potências européias (particularmente pelo Império Inglês) a praticamente todo o mundo islâmico. Existe, portanto, uma forte descontinuidade da política mundial em função dos dois fatores acima mencionados: por um lado, a emergência de um conflito civilizatório entre ocidente e o mundo islâmico (que com os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001 mostra apenas a ponta do iceberg), e, por outro lado, a presença de uma única superpotência que possui a capacidade de colocar sua política de forma a não deixar espaços para desvios nas fronteiras do sistema das relações de poder. A palavra de ordem que organizou as relações internacionais no século XIX e XX foi o equilíbrio de poder (Aron, 2002; Wight, 2002). Neste sentido, na configuração de poder atual entre os Estados percebe-se uma descontinuidade sem paralelo na história moderna das relações internacionais (apenas no apogeu do Império Romano poderíamos encontrar algum paralelo). No momento atual não se verifica uma relação de equilíbrio de poder ou multipolarismo, mas de unipolarismo (onde o poder se concentra fortemente em um dos atores do sistema internacional, os EUA).

O exercício do poder demanda uma clara noção acerca das condições sob as quais se encontram os atores envolvidos no cenário das relações internacionais. Qualquer tentativa de relativismo analítico, em torno das condições reais do exercício do poder, torna incompreensível a política externa dos países centrais para aqueles que não estão em condições de exercer realmente o poder. O cosmopolitismo defendido por Beck (2002), por exemplo, não atinge a realidade dos fatos presenciados a partir do atentado de 11 de setembro. Sua falha (semelhante à de muitos outros autores) decorre da resistência para aceitar que, num mundo onde existe uma única superpotência, mas não existe uma instância legal e legítima superior aos Estados que possa impor de forma universal a preservação dos direitos de cada um deles, deverão existir numerosas situações limites e de exceção. Em conseqüência, quando eventualmente esta exceção se transforma numa *causa belli*, de acordo com o critério da superpotência, não existe qualquer direito internacional que possa regular as relações internacionais em forma satisfatória para as partes em conflito. Segundo Beck, teoricamente poderia definir-se o fundamento do Estado cosmopolita traçando uma relação histórica com a transformação dos Estados, a partir do século XVII, decorrente do Tratado de Westphália (nos quais houve a separação dos poderes seculares do Estado, dos “poderes” intemporais da religião). Em certa medida, Beck propõe algo similar, apresentando a possibilidade de separação entre os princípios do Estado e da nação, como caminho para a solução e a pacificação de diversos conflitos no século XXI. O Estado cosmopolita tornaria assim possível a convivência pacífica entre múltiplas nacionalidades e crenças religiosas através do princípio da tolerância. Mas já foi dito antes que as relações entre os Estados diferem radicalmente das relações entre os indivíduos, o qual é uma condição a priori para compreender as ações dos Estados (independentemente destas afetarem a milhões de indivíduos ou não).

Os limites do cosmopolitismo podem ser visualizados melhor quando suas propostas são confrontadas com o desencaixe existente entre a democracia ocidental e os regimes políticos islâmicos (Moaddel, 2002). Várias características do islamismo podem ser apontadas para explicar a existência dos numerosos regimes autoritários e quase totalitários na sua área de influencia. Mas certamente uma das maiores dificuldades para a construção de regimes democráticos na esfera do islamismo é a inadequação

conceitual do mesmo para conceber a política de forma autônoma, assim como para reconhecer a existência inalienável dos direitos humanos. As únicas experiências democráticas bem sucedidas (no Ocidente e no mundo) estão baseadas na clara distinção de poderes entre Estado e igreja (herança da reforma protestante do século XVI, consagrada em Westphália, após as guerras religiosas) e nos direitos dos indivíduos (herança do direito romano). O cristianismo, a religião dominante em Ocidente, conseguiu assimilar o direito romano, primeiro, e a reforma protestante, depois. Entretanto, no islamismo nunca aconteceu nada equivalente, tornando-se assim inviável a organização eficiente de um poder político autônomo, baseado na representação dos indivíduos (Lewis 1993). Não surpreende então que a preocupação predominante nos movimentos fundamentalistas islâmicos, em especial a partir da segunda metade do século XX, seja a comunhão do povo com Deus, o qual orienta politicamente a esses movimentos na direção da destruição das instituições do Estado e da edificação de uma ordem islâmica transnacional.

VI. A economia da violência e sua intimidade com a técnica moderna

Pensar os desenvolvimentos tecnológicos recentes é uma exigência básica para entender a sociedade globalizada contemporânea (Castells, 1998). Mas é especialmente no fenômeno da guerra que a imperatividade da técnica moderna²¹ se impõe. Imperatividade que, apesar de ter estado presente com certa nitidez na guerra de Kosovo,²² foi nas guerras de Afeganistão e Iraque (as primeiras do século XXI) onde ele se manifestou com total clareza. Complementando os outros aspectos mencionados, a análise da técnica reforça a solidez da abordagem realista para entender a guerra e a política do século XXI. Não é novidade que as guerras ainda podem ser abordadas do ponto de vista da moral e

²¹ Por técnica moderna compreende-se um modo específico de racionalidade que se expande ao longo da modernidade de forma intimamente associada ao desenvolvimento da ciência, mas que vai muito além os pressupostos explícitos desta. Em sentido amplo, a consideração pela técnica moderna supera o tratamento que recebem na literatura os impactos na sociedade das sucessivas revoluções tecnológicas. A técnica moderna corresponde a um novo modo de compreensão e de vivência do mundo, enquanto algo a ser descoberto e conhecido em suas mais singulares partes, mas também a uma transformação radical do mundo em outra coisa. No século XX, um autor fundamental no tratamento do tema, desta perspectiva, foi Martin Heidegger (1997). Para uma abordagem atual do tema, ver: Brüseke, 2001.

²² Para uma análise da Guerra de Kosovo, ver: Viola & Leis, 1999.

da justiça.²³ Mas sim é novidade o ponto de vista da técnica. Embora tenha sido na seqüência da Primeira Guerra Mundial que foram produzidos os grandes debates sobre a técnica moderna, a importância desta questão tendeu a diluir-se nos estudos contemporâneos sobre o fenômeno da guerra que não tivessem um foco na sua parte operacional.²⁴

Curiosamente, existem numerosos estudos históricos que registram a importância do desenvolvimento tecnológico de um país para o sucesso militar de suas campanhas. Com sua célebre frase, “a guerra é a política por outros meios”, Clausewitz (1996) colocou a guerra sob a tutela da finalidade política. Isto continua valendo tanto hoje como na época das guerras napoleônicas. Mas se naquele momento a capacidade da estratégia política e militar definia os combates e o mesmo não acontece, na medida em que nos conflitos mais recentes do século XXI é impossível considerar que a capacidade para o exercício da política possa ser separada da questão técnica. A consideração sobre a técnica moderna não se caracteriza apenas pelo grau de desenvolvimento tecnológico que desfrutam os cidadãos de uma determinada sociedade, já que assim se estaria falando praticamente de máquinas e não necessariamente de aquilo que realmente interessa, ou seja, as transformações que a inserção na técnica moderna desencadeia na vida social em geral.²⁵ A partir do momento em que se vive uma relação essencial com a técnica, a questão dos meios para o qual os fins representam seu efeito perdem sua linearidade e previsibilidade, podendo considerar-se então que os fins em seu requerimento determinam os meios e vice-versa. Neste sentido, quando a técnica moderna se expande em profundidade ela absorve o homem em sua vida, determinando cada vez mais os espaços de realização desta. A rigor, a técnica moderna não é um aspecto secundário, mas central, do processo civilizatório atual em Ocidente. Na história da humanidade sempre houve choques civilizatórios, emoldurados por diferenças tecnológicas

²³ O qual pode ser feito tanto de uma perspectiva realista, como a de Morgenthau (2003) ou Carr (2001), quanto – obviamente - de uma idealista, como a de Walzer (2001).

²⁴ Vale a pena observar, por exemplo, que no recente e exaustivo livro de Bobbitt (2003) sobre a guerra na história moderna não existe nenhuma referência sobre a técnica, nas suas 883 páginas.

²⁵ Um caso emblemático contrário ao que se está querendo significar aqui com o conceito de técnica moderna é o de Arábia Saudita, um país com enorme consumo (cosmético) de tecnologias sofisticadas, mas com uma mentalidade coletiva e individual praticamente intocada, estruturada pela visão religiosa fundamentalista do wahabismo, surgido no século XVIII.

substantivas,²⁶ mas sempre foram os deuses os que guerreavam a guerra principal e, portanto, definiam a ordem a ser imposta aos vencidos. Hoje assistimos a uma laicização do choque civilizatório ou, melhor, á uma transmutação da centralidade da religião na centralidade da técnica nos conflitos civilizatórios. Em outras palavras, a técnica moderna é em si mesma um verdadeiro choque civilizatório para aqueles que, como Bin Laden e os terroristas dos atentados do 11 de setembro de 2001, ainda sendo engenheiros de formação, querem regular suas vidas pela revelação divina.

Tanto o senso comum como as correntes dominantes da literatura partem do suposto que as relações internacionais se desenvolvem dentro de um sistema onde a figura do Estado é a peça chave. Entretanto, ao considerar as relações entre os diversos países no contexto da técnica moderna, as posições analíticas tradicionais apresentam um certo anacronismo. Bauman (2002) aponta, por exemplo, que a técnica moderna traz problemas ao pensamento normativo das relações internacionais, levando-o a considerar que através das expansões técnicas das possibilidades de comunicação a noção de fronteira se mostra solúvel. Uma posição idealista poderia inscrever-se favoravelmente nesta perspectiva que permitiria uma permeabilidade maior entre os povos. Mas isso seria um erro, já que essa permeabilidade não é fruto da elevação de um princípio ético universal ou cosmopolita, mas sim da impossibilidade de sustentar a diferença ou de apontar claramente a fronteira. A técnica moderna aproxima os diversos Estados, segundo um processo de absorção mutua (simétrica ou assimétrica, dependendo das circunstâncias) que, portanto, não implica uma relação que privilegie a solidariedade entre os povos ou a maior autonomia dos mesmos. De um modo geral, qualquer análise que não contenha um esforço conceitual na direção de atualizar o realismo se mostrará insuficiente para entender as relações entre a técnica moderna, a política e a guerra.

Se a propósito da guerra for considerado o grau de inserção na técnica moderna dos diversos Estados, no início do século XXI, se poderá verificar que a suposta validade ou solidez do princípio da soberania para manejar os conflitos internacionais se dissolve no ar. Na medida em que o grau de inserção na técnica dos países europeus envolvidos nas guerras napoleônicas era relativamente semelhante, Clausewitz não precisava destacar

²⁶ Pensemos apenas nas lutas entre os espanhóis e os aztecas e os incas.

demasiado este elemento na hora de pensar a guerra. Mas hoje, o fato de alguns Estados estarem moldados profundamente pela técnica moderna, assim como outros estarem moldados pela religião, obriga a revisar as condições de existência do Estado enquanto tal. A história do mundo moderno girou em torno de um sistema de equilíbrio ou balanço de poder entre os Estados (Aron, 2002; Bull, 2002). Em seu momento, não foi suficientemente percebido pela literatura que o bipolarismo (EUA-URSS), da segunda metade do século XX, já era uma anomalia ao sistema que tinha vigorado e funcionado durante séculos. Mas se o bipolarismo era uma anomalia, que dizer do unipolarismo atual, com eixo nos EUA, cujo diferencial de poder decisivo não se dá na dimensão territorial, nem na econômica ou populacional, mas em torno da questão técnica? Frente a isto é necessário escutar atentamente a Carl Schmitt (1992), quando coloca a pergunta pela política que será capaz de se apoderar da nova técnica.

Assim como Maquiavel conseguiu abrir o caminho para pensar a economia da violência do Estado,²⁷ descartando os eufemismos de sua época sobre o fato das atividades políticas implicarem um uso real ou potencial da violência, também se precisa hoje abrir caminho para pensar de forma positiva a economia da violência do Estado na época da técnica. Nas guerras do Afeganistão e do Iraque se verifica a convergência dos fenômenos da técnica, da política e da guerra. Infelizmente, “a identificação de sonho e realidade”, que caracteriza cada vez mais nossa época (Voegelin, 1982), tem produzido um sem-número de operações mágicas que impedem tratar esta nova realidade de um modo sério. A partir de Maquiavel, todos os pensadores realistas tiveram uma clara noção da necessidade de pensar a economia da violência no âmbito da política. As guerras do início do século XXI obrigam a pensar numa complexa e mais sofisticada economia da violência. Neste sentido, o cerne da política mundial atual não passa tanto pela questão da paz, mas pelas condições e atores para uma economia da violência eficiente de um ponto de vista civilizatório. Resulta sugestivo analisar a política mundial desta perspectiva. Fora do debate “bizantino” em torno da legalidade e legitimidade da ONU para autorizar o

²⁷ Sheldon S. Wolin (1974) reivindica para Maquiavel o mérito de ter sido o primeiro em pensar a “economia da violência”, no sentido de uma aplicação controlada e limitada da força em função de fins positivos do ponto de vista da ordem social e política. Neste trabalho se faz um uso amplo deste conceito, incluindo aqui o comportamento do estado tanto na ordem interna, como na externa (isto é, nas relações internacionais). Apesar de que este conceito tem sido aplicado normalmente para analisar o papel do estado na construção

uso da violência no cenário internacional, não resta dúvida que tanto o Afeganistão dos Talebã e Al-Qaeda, como o Iraque de Saddam Hussein, são atores marcados por uma história de violência sem economia, em relação a seus próprios povos e ao mundo. Do mesmo modo, quem quiser observar de forma desinteressada a situação desses países, tanto durante a guerra como no pós-guerra, poderá comprovar que os EUA e seus aliados fizeram intervenções de uma elevada economia da violência, a qual não teria sido possível sem o recurso intensivo e extensivo da técnica moderna.²⁸

VII. A guisa de conclusão

Continuando a reflexão anterior sobre Hegel, se pode afirmar que as novas guerras, do início do século XXI, provam que não é precisamente a moralidade subjetiva quem está no “comando” da história mundial. Aqui também, de forma equivalente ao solicitado para a reflexão sobre a economia da violência, se torna necessário repensar a moralidade objetiva no século XXI, no contexto da globalização e da técnica moderna. Talvez o dado mais curioso das guerras do século XXI seja o fato de ter reunido inimigos que pretendiam fazer dois tipos de guerras diferentes, dando como resultado um terceiro e inesperado tipo de guerra. Em Afeganistão e Iraque se misturaram nos conflitos atores inspirados em objetivos pré-modernos e modernos, mas o resultado foi um cenário de novo tipo, marcada pela “astúcia da razão”. Em outras palavras, no atual mundo unipolar, as guerras dos EUA não podem ser vistas como guerras entre Estados (ou mesmo guerras de colonização ou imperiais, como pensam os militantes contra a globalização e os EUA). No século XXI, ainda quando sejam por motivos errados, as guerras dos EUA e seus aliados serão civilizatórias. Portanto, discutir as mesmas com argumentos extraídos da moralidade subjetiva ou da legalidade internacional, construída no espírito da época do balanço de poder mundial, tem um valor muito relativo.

O funcionamento técnico da modernidade ocidental não admite interferências na sua marcha civilizatória. Um elemento realista extraído do pensamento de Kant (1793 e 1796)

da ordem interna, o próprio Wolin autoriza o uso que aqui está sendo feito, na medida que sua análise inclui explicitamente a preocupação de Maquiavel com a guerra.

²⁸ Quem quiser registrar melhor a economia da violência exercida pelos EUA nas guerras de Afeganistão e Iraque, sugerimos estabelecer um padrão comparativo das mesmas com uma das últimas guerras do século XX: a (segunda) guerra da Federação da Rússia em Chechênia, começada em outubro de 1999. Resulta

foi a máxima de que os países democráticos não fazem a guerra entre si, eles negociam. A esta máxima, provada pela história, se pode tentar acrescentar uma outra (hipotética, por enquanto), a máxima de que os países próximos no nível político institucional e técnico tenderão a negociar seus conflitos e dificilmente farão a guerra entre si. Obviamente, isto não condena à guerra a todos os países com diferenças civilizatórias expressivas na política e na técnica. Eles também podem se orientar eventualmente para a negociação, tal como foi registrado recentemente na reviravolta da política externa da Líbia do “ex-terrorista” Kadhafi, que renunciou de forma pública e confiável à posse de qualquer tipo de arma de destruição em massa. Mas, onde não houver negociação e acordo entre as partes, mais cedo ou mais tarde haverá guerra. Para o bem ou para o mal (só os deuses sabem o fim da história), a presença de uma república, no fim do século XVIII (a República Francesa, cujo espírito continuou sendo republicano mesmo com a entronização de um imperador),²⁹ provocou rancores e temores nas autocracias dos países vizinhos e gerou um período fortemente decisionista marcado por várias guerras nacionais, até alcançar o re-acomodamento da ordem internacional (a qual impulsionou o progresso civilizatório e praticamente manteve a paz durante um século).³⁰ Do mesmo modo, se pode conjecturar agora que a ameaça do terrorismo global à emergente única super-potência (os EUA) expõe de forma franca as verdadeiras relações de poder existentes no sistema internacional, escondidas detrás das retóricas multilateralistas da pós-Guerra Fria. Assumindo os EUA um forte decisionismo em defesa dos valores e interesses ocidentais e em contra de qualquer tipo de ameaça à segurança americana e global pode se prever, portanto, um ciclo de guerras de conteúdo civilizatório que só poderá concluir com o re-acomodamento da ordem internacional às novas circunstâncias.

impressionante comprovar como o viés antiamericano da sociedade civil mundial leva à desatenção da catástrofes humanitárias produzidas por guerras onde não estão envolvidos diretamente os EUA.

²⁹ De acordo com Bobbitt (2003), acompanhando à Revolução Francesa, nessa época estava surgindo precisamente uma nova forma histórica do estado (o estado-nação), a qual estaria sendo substituída hoje por uma outra forma histórica (o estado-mercado).

³⁰ A curta Guerra Franco-Prusiana (1870) foi a única exceção importante à paz de um século que viveu Europa desde a derrota de Napoleão, em 1815, até a Primeira Guerra Mundial, em 1914.

Referencias Bibliográfica

- ARON , Raymond. (2002), *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília Ed. UnB.
- BAUMAN, Zygmunt. (2002), "Reconnaissance wars of the planetary frontierland". *Theory, Culture & Society*, vol. 19, no. 4, p. 81-90.
- BECK, Ulrich. (2002), "The terrorist threat – World Risk Society Revisited". *Theory, Culture & Society*, vol. 19, no. 4, pp. 39-55.
- BOBBITT, Philip. (2003), *A Guerra e a Paz na História Moderna*. Rio de Janeiro, Campus.
- BRÜSEKE, Franz Josef. (2001), *A Técnica e os Riscos da Modernidade*. Florianópolis, Ed. da UFSC.
- BULL, Hedley. (2002), *A sociedade anárquica*. Brasília, Editora UnB.
- CARR, Edward H. (2001), *Vinte anos de Crise: 1919-1939*. Brasília, Editora UnB.
- CASTELLS, Manuel. (1998), *The Information Age: Economy, Society and Culture* (3 vols.). Oxford, Blackwell Publishers.
- CLAUSEWITZ, Carl von. (1996), *Da Guerra*. São Paulo, Martins Fontes.
- COSTA, Sérgio. (2003), "Derechos humanos en el mundo posnacional", *Nueva Sociedad*, No. 188, pp. 52-65.
- FUKUYAMA, Francis. (1992), *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- HABERMAS, Jurgen. (1999), "Bestiality and humanity: A war on the border between legacy and morality". *Constellations*, vol. 6, no. 3, pp. 263-272.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (1953), *Lecciones sobre la Filosofía de la Historia Universal* (vol. 1) (tradução José Gaos). Madri, Revista de Occidente.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (1975), *Principios de la Filosofía del Derecho* (traducción de Juan Luis Vermal). Buenos Aires, Sudamericana.
- HEIDEGGER, Martin. (1997), "A Questão da Técnica". *Cadernos de Tradução*, No. 2, Departamento de Filosofia, USP, pp. 40-93.
- HELD, David. (2002), "Violence, law and justice in a global age". *Constellations*, vol. 9, no. 1, pp. 74-88.
- HOBBS, Thomas. (2001), *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e Civil*. São Paulo, Ed. Martin Claret.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1997), *O Choque de Civilizações*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- KAGAN, Robert. (2003), *O Paraíso e o Poder*. Rio de Janeiro, Editora Rocco.

- KANT, Immanuel. (1943), *La Paz Perpetua*. Buenos Aires, Ed. La Barca.
- KANT, Immanuel. (1963), *El Conflicto de las Facultades*. Buenos Aires, Editorial Losada.
- KANT, Immanuel. (1986), *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Rio de Janeiro, Brasiliense.
- KEEGAN, John. (1996), *Uma História da Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LEIS, Héctor Ricardo. (2000), "A tristeza de ser sociólogo no século XXI". *Dados*, Vol. 43, No. 4, pp. 737-760.
- LEIS, Héctor Ricardo. (2002), "Cidadania e Globalização: Novos Desafios para Antigos Problemas". Em: Ilse Scherer-Warren et al. (Orgs.), *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização*. São Paulo, Ed. Cortez.
- LESSA, Renato. (2003), *Agonia, Aposta e Ceticismo*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- LEWIS, Bernard. (1993), "Islam and Liberal Democracy". *Journal of Democracy*, Vol. 7, No. 2.
- MAQUIAVEL, Nicolau. (1999), *O Príncipe*. São Paulo, Ed. Paz e Terra.
- MAQUIAVEL, Nicolau. (2002), *Escritos Políticos – A arte da guerra*. São Paulo, Ed. Martin Claret.
- MARX, Carlos. (1977), *Obras Escogidas* (vol. 1). Madri, Editorial Fundamentos.
- MOADDEL, Mansoor (2002), "The study of islamic culture and politics: An overview and assessment". *Annual Review of Sociology*, London v. 28, p. 359-386.
- MORGENTHAU, Hans J. (2003), *A política entre as nações*. Brasília, Ed. UnB.
- NORTH, Douglas. (1981), *Structure and Change in Economic History*. Nova York, Norton.
- PETERS, Ralph. (2002), *Beyond Terror*. Mechanicsburg, Stackpole Books.
- RAMONET, Ignacio. (2003), *Guerras do século XXI*. Petrópolis, Vozes.
- RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. (2003), "Pourquoi les guerres?". *Sciences Humaines* No. 138, pp. 16-22.
- SCHMITT, Carl. (1985), *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. Cambridge, MIT Press.
- SCHMITT, Carl. (1992), *O Conceito do Político*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- SERRES, Michel. (1991), *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- SLOTERDIJK, Peter. (1997), *Critique of Cynical Reason*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- SPRINGER DE FREITAS, Renan. (2003), *Sociologia do Conhecimento, pragmatismo e pensamento evolutivo*. Bauru, EDUSC.
- STRAUSS, Leo. (1953), *Natural Right and History*. Chicago, University of Chicago Press.

SUAREZ, Marcial. (2004), *Modernidade Técnica e Violência: considerações acerca da Técnica Moderna e da Economia da Violência*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Florianópolis. SC. UFSC.

TURNER, Bryan S. (2002), "Sovereignty and Emergency – Political Theology, Islam and American Conservatism". *Theory, Culture & Society*, SAGE, vol. 19, n.4.

VAZ, Henrique C. de Lima. (2002), "A estrutura dialética da ação histórica segundo Hegel". Em: Ivan Domingues et. al. (Orgs.), *Ética, Política e Cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor Ricardo. (1999), "Para além da Iugoslávia: Expansão da Democracia e da Governabilidade Global". *Carta Internacional* (Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais, USP), No. 73.

VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor Ricardo. (2002), "Os dilemas civilizatórios da globalização frente ao terrorismo fundamentalista". *Revista de Filosofia Política*, Jorge Zahar Editor, Série III, No. 4.

VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor Ricardo. (2003), "Ordem Unipolar: Intervenção Unilateral e Governabilidade Global no Mundo Pós-11/9". Paper apresentado no GT "Segurança, Economia e Política Internacional no Século XXI – Perspectivas Internacionais, Perspectivas Brasileiras", XXVII Encontro Anual da ANPOC, Caxambu – MG, 21-25 outubro 2003.

VOEGELIN, Eric. (1982), *A Nova Ciência da Política*. Brasília, Editora da UnB.

WALZER, Michael. (2001), *Guerras justas e injustas*. Barcelona, Paidós.

WIGHT, Martin. (2002), *A Política do Poder*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

WOLIN, Sheldon S. (1974), *Política y Perspectiva – Continuidad y cambio em el pensamiento político occidental*. Buenos Aires, Amorrortu Editores.

